DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 07 | Nº. 13 | Ano 2026

A CRÍTICA DE NKRUMAH AO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA EM ÁFRICA: O CASO ANGOLANO

NKRUMAH'S CRITIQUE OF THE INDEPENDENCE PROCESS IN AFRICA: THE ANGOLAN CASE

Marcelino Chinhama Hossi

RESUMO: este ensaio analisa as reflexões de Kwame Nkrumah sobre os processos de independência no continente africano, tomando o caso angolano como objeto central de análise. O estudo examina os desdobramentos da colonização europeia, as dinâmicas de descolonização e os desafios estruturais enfrentados pelos novos Estados. Apoiado no método histórico e em uma abordagem qualitativa, o trabalho utiliza pesquisa bibliográfica e documental para interpretar o pensamento do autor. Conclui-se que a manutenção das fronteiras coloniais, a emergência do neocolonialismo, as limitações da soberania e a atuação das elites locais perpetuaram fragilidades políticas e econômicas. O percurso histórico de Angola demonstra que a emancipação formal não assegurou autonomia plena, confirmando a vigência das teses nkrumahianas sobre o cenário pós-colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Neocolonialismo; Fronteiras Coloniais; Soberania; Elites Políticas.

ABSTRACT: This essay analyzes Kwame Nkrumah's reflections on the independence processes in the African continent, taking the Angolan case as its central object of analysis. The study examines the outcomes of European colonization, the dynamics of decolonization, and the structural challenges faced by the new States. Based on the historical method and a qualitative approach, the work utilizes bibliographical and documentary research to interpret the author's thought. It is concluded that the maintenance of colonial borders, the emergence of neocolonialism, the limitations of sovereignty, and the actions of local elites perpetuated political and economic weaknesses. Angola's historical trajectory demonstrates that formal emancipation did not ensure full autonomy, confirming the ongoing relevance of Nkrumahaian theses regarding the post-colonial landscape.

KEY WORDS: Neocolonialism; Colonial Borders; Sovereignty; Political Elites.

Site/Contato

Editores

Euclides Victorino Silva Afonso
euclidesafonso96@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Márcio dos Santos Rodrigues
marcio.strodrigues@gmail.com

A CRÍTICA DE NKRUMAH AO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA EM ÁFRICA: O CASO ANGOLANO

MARCELINO CHINHAMA HOSSI [1]

INTRODUÇÃO

África viu, na maior parte do seu território, a partir do século XIX, um sistema opressor protagonizado pelas potências europeias: o colonialismo. Neste, os povos autóctones eram obrigados a submeter-se ao poderio dos colonizadores, sob severas sanções, até mesmo a morte, em caso de desobediência. Todavia, no século XX, sobretudo nos primórdios da segunda metade, assiste-se a processos de luta colonial que culminaram no alcance das independências da maior parte dos países africanos. Após a descolonização, alguns líderes nacionalistas questionaram o processo de independência da África. Dentre eles, figura Kwame Nkrumah, que criticou, em 1963, a forma como as independências africanas foram conduzidas e a forma de governação adotada logo após. Para ele, a despeito da emancipação colonial, foram cometidos erros no processo independentista, alguns dos quais anteriormente foram protagonizados pelos colonizadores, e tais erros fatais ainda vigoravam; assim, estavam na base da existência de lacunas políticas e socioeconômicas nos países africanos recém-libertados do jugo colonial europeu.

Por esta razão, o presente ensaio tem como objetivo examinar os principais pontos da crítica de Nkrumah ao processo de independência africano. Pretende-se detalhar os aspectos que ele critica, ver o seu enquadramento nos países africanos e, por fim, analisar como a crítica de Nkrumah se aplica ao processo de independência de Angola. Este exercício faz-se necessário, uma vez que os países africanos, na sua maioria, tiveram processos independentistas semelhantes e cometeram erros (à luz da visão de Nkrumah) que até hoje se refletem nas suas sociedades. Por outro lado, é uma discussão oportuna, já que recentemente (em 11 de novembro de 2025) Angola celebrou 50 anos de independência e olhar para a maneira como ocorreu o processo de independência ajuda a entender a atual realidade política e econômica do país, bem como a traçar perspectivas para a mudança deste quadro.

A elaboração do presente ensaio fundamentou-se predominantemente no método histórico, que segundo Marconi e Lakatos (2017), consiste na investigação de acontecimentos pretéritos com o objetivo de compreender a sua influência na realidade presente, permitindo

[1] Mestrando em Ensino da História de África no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-HUILA, Angola), graduado em Ensino da História (ISCED-HUÍLA) e graduado em Teologia (Universidade Montemorelos, México). marcelinohossi5@gmail.com

estabelecer relações entre diferentes períodos históricos e interpretar continuidades e rupturas nos processos sociais. Esse método permitiu examinar os processos de colonização e independência africana, com enfoque particular na crítica formulada por Kwame Nkrumah e na sua aplicabilidade ao contexto angolano.

No plano da abordagem, o estudo assumiu um caráter qualitativo, uma vez que privilegiou a interpretação e análise crítica de ideias, conceitos e fenômenos políticos e socioeconômicos relacionados com o processo de independência africana. A investigação baseou-se essencialmente na pesquisa bibliográfica, recorrendo a livros, artigos científicos e obras de referência que abordam o colonialismo, a descolonização e o pensamento político de Nkrumah, bem como na análise documental de fontes primárias, as obras de Kwame Nkrumah onde fundamenta a sua crítica. Conforme Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite ao investigador construir o referencial teórico do estudo por meio da análise de materiais já publicados, possibilitando a sistematização do conhecimento existente sobre determinado tema; já a análise documental trabalha com fontes que, muitas vezes, não foram produzidas com objetivos acadêmicos, mas que possuem valor informativo e histórico significativo para a investigação.

Deste modo, a combinação do método histórico com a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a abordagem qualitativa possibilitou uma análise interpretativa consistente, permitindo compreender as bases teóricas da crítica nkrumahiana e estabelecer relações entre o processo geral de independência africana e a realidade histórica e política de Angola.

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA AFRICANA

Segundo Boahen (1987), os primeiros contatos dos europeus com o continente africano datam do século XV, mas ainda assim a colonização propriamente dita não foi um processo homogêneo nem repentino para todo o continente, dependendo de dinâmicas históricas progressivas. Kamabaya (2014) refere que, embora o contato entre africanos e europeus seja anterior, especialmente desde o século XV, o início formal da colonização territorial ocorre com a partilha da África, consolidada na Conferência de Berlim (1884-1885). De acordo com Boahen (1987), foi neste momento que se marcou a transição do comércio costeiro e da influência indireta para a ocupação efetiva, caracterizada pela imposição de administrações coloniais, pela redefinição facciosa de fronteiras, bem como pela subordinação política das sociedades africanas aos interesses das potências colonizadoras europeias.

Fica claro que a presença europeia na África (séculos XV-XX) não significou colonização imediata, pois o período anterior à Conferência de Berlim não é considerado período colonial propriamente dito, mas sim o período posterior a esta, que marca o início da partilha do continente. É nesse momento que a ação colonizadora ganha força devido às exigências impostas pela referida conferência, particularmente pelos princípios de notificação e ocupação efetiva, a partir dos quais as sociedades africanas subordinaram-se aos colonizadores e, devido ao imperialismo, a exploração tornou-se ferrenha.

A colonização assentou-se na exploração econômica, na reorganização forçada dos sistemas políticos africanos e na disseminação de valores culturais europeus, frequentemente em detrimento das instituições locais (PADRÃO, 1998). Ki-Zerbo (2010) abona que a colonização provocou uma ruptura profunda nos ritmos internos de desenvolvimento africano, ao submeter o continente a um modelo econômico dependente e orientado para o exterior. Além disso, o autor destaca também que as sociedades africanas não foram passivas, desenvolvendo formas de resistência política, cultural e armada desde os primeiros momentos da ocupação. Os colonizados tinham que servir aos colonizadores e depender deles nos aspectos político, econômico, cultural e social em geral. Não guiavam os destinos das suas terras e de si próprios, viviam oprimidos nos seus territórios e não desfrutavam das riquezas e matérias-primas, que iam para a Europa, terra natal dos colonos. A dominação colonial reduziu os africanos a uma total dependência europeia.

Como todo fenômeno humano termina, a colonização conheceu o seu fim a partir da segunda metade do século XX. O fim da colonização na África deu-se a partir da década de 1950, aquando do enfraquecimento das potências europeias após a Segunda Guerra Mundial e da ascensão dos movimentos nacionalistas africanos (KAMABAYA, 2014). Neste ponto, reforça-se que muitos africanos que participaram nas frentes de combate da Segunda Guerra Mundial, ao verem os europeus morrerem, despertaram a vontade de lutar também para libertar os seus países. Relativamente aos movimentos nacionalistas, surgiu o espírito de defender a sua pátria, o espírito de pertencimento, que fervilhou nas mentes de muitos africanos que lideraram movimentos nacionalistas e lutaram para a libertação do jugo colonial.

Para além da Segunda Guerra Mundial e do nacionalismo africano, para Fanon (2005), a conjuntura internacional da Guerra Fria também influenciou de forma perentória os rumos das independências africanas, porquanto a África tornou-se um espaço estratégico de disputa entre os blocos capitalista e socialista, o que levou as potências internacionais a apoiarem, de forma direta ou indireta, movimentos de libertação nacional. O autor refere ainda que as independências se deram em anos diferentes, de acordo com a realidade de cada país. Assim, concordo plenamente com Fanon na ideia apresentada no último ponto, porque, tal qual o processo de colonização, o

processo de independência também não foi homogêneo: em algumas regiões a natureza deste foi pacífica e em outras os contornos foram violentos. A título de exemplo, foi pacífico no Gana e no Senegal, mas violento em Angola e Moçambique. Entre os principais fatores que impulsionaram o processo de descolonização africana, destacam-se alguns acontecimentos de grande relevância no cenário internacional referidos por Thomson (2010):

(i) a nacionalização do Canal de Suez pelo Egito, que representou um duro revés às ambições imperialistas da Inglaterra, da França e de Israel, sobretudo porque os Estados Unidos recusaram apoiar militarmente os seus aliados, enfraquecendo a legitimidade das intervenções coloniais;
(ii) o exemplo de independências já concretizadas, que exerceu forte influência sobre os territórios africanos ainda sob domínio europeu, nomeadamente a emancipação da Índia e do Paquistão em 1947, apesar de ocorrerem na Ásia, bem como a independência do Egito, em 1951; a estes casos soma-se a independência do Gana em 1957, cujo impacto foi decisivo para o despertar político da África Subsaariana, além da vaga de independências registrada em 1960;
(iii) finalmente, o papel da Organização das Nações Unidas, que passou a reconhecer e a promover a descolonização como um direito legítimo dos povos africanos, conferindo respaldo jurídico e político às suas reivindicações.

Pode-se dizer então que o colonialismo conheceu o seu fim a partir dos anos 1950, com a independência do Gana, que foi o centro da luta anticolonial africana; consequentemente, em 1960 (considerado o ano da África), dezessete territórios africanos tornaram-se independentes, [2] ganhando autonomia política, outros dois em 1961, [3] quatro em 1962 [4] e um outro em 1963 [5] (KAMABAYA, 2014). Dali para diante o processo independentista africano prosseguiu.

O QUESTIONAMENTO DE NKRUMAH AO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA AFRICANO

Kwame Nkrumah (1909-1972), um dos principais expoentes do pan-africanismo e primeiro presidente do Gana entre 1960 e 1966 (MATTOS, 2020), formulou uma crítica profunda à configuração territorial herdada do colonialismo europeu. Ao afirmar, em 1963, que as fronteiras africanas dividiram tribos e até aldeias inteiras, Nkrumah denunciava o caráter artificial e arbitrário do processo de partilha do continente, conduzido sem consideração pelas realidades históricas, culturais e sociais das populações locais. Para o líder ganês, essa fragmentação territorial não representava apenas um problema geográfico, mas constituía uma fonte estrutural de instabilida-

[2] Camarões, Senegal, Togo, Madagascar, República Democrática do Congo, Somália, Benin, Níger, Burkina Faso, Costa do Marfim, Chade, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão, Mali, Nigéria e Mauritânia (consultado em https://www.infoescola.com/historia/descolonizacao-da-africa/#goog_rewarded).
[3] Tanzânia e Serra Leoa.
[4] Argélia, Ruanda, Burundi e Uganda.

de política, conflitos internos e fragilidade dos novos Estados independentes (THOMSON, 2010).

Nkrumah argumentou também que a independência política africana era incompleta, destacando que a transferência formal de poder para as elites africanas não rompeu com a dependência econômica, financeira e tecnológica em relação às antigas metrópoles. Para ele, essa continuidade ocasionou o neocolonialismo, fazendo com que a soberania africana se tornasse mais simbólica do que substantiva (RODNEY, 1974). Em resumo e com base nos argumentos dos autores supracitados, a crítica de Nkrumah às independências africanas envolve os seguintes elementos: Questões fronteiriças e divisões étnicas; O neocolonialismo e a dependência econômica; A ilusão de soberania africana e O papel das elites africanas. Fazendo uma análise minuciosa, é possível que a crítica de Nkrumah envolva outros elementos, mas, para o presente ensaio acadêmico, esses quatro pontos constituem o destaque da abordagem e são esclarecidos a seguir.

A QUESTÃO DAS FRONTEIRAS E DIVISÕES ÉTNICAS

Segundo Herbst (2000), desde o início do processo de independência, os líderes africanos acordaram decisivamente que o Estado e o mapa colonial não deveriam ser alterados, mas mantidos. Isso implicava, em primeiro lugar, preservar o Estado-nação como a legítima unidade de governo e, em segundo lugar, manter as fronteiras criadas no regime colonial. Nesta senda, a Carta da OUA (Organização da Unidade Africana) de 1963, no seu artigo 3º, defendia o direito à independência, o respeito à soberania de cada Estado, bem como a sua integridade territorial. Exigia-se que os Estados independentes, e os que viessem a se tornar independentes e membros desta organização continental, deveriam respeitar as fronteiras preexistentes ao proclamar a independência nacional (BRANCO, 2013, p. 72). Por isso, a OUA declarou que, ao concretizar a independência, todos os países africanos tinham de respeitar as fronteiras, mantendo as que foram herdadas do colonialismo para que não se agravassem problemas políticos, sociais, étnicos e tribais (SILVA; FRAZÃO, 2023).

Kwame Nkrumah, que influenciou grandemente a emancipação de diversos países africanos, opondo-se ao princípio acima referido, fez uma crítica pertinente, assinalando que as independências africanas cometeram o erro de manter as fronteiras estabelecidas pelos países colonizadores nos territórios africanos. Ele chega a dizer abertamente que as fronteiras dos países africanos que acabavam de alcançar a sua independência são “fronteiras artificiais traçadas pelo imperialismo” (NKRUMAH, 2018, p. 82). Para Nkrumah, essas fronteiras, na maior parte dos ca-

[5] Quênia.

sos, dividiram tribos e aldeias e, quando olhamos para a História da África, pode-se indubitavelmente afirmar que dividiram "até mesmo reinos". Assim, Thomson (2000) acrescenta que essas fronteiras constituíram, para o líder ganês, um parcelamento cínico e radical dos territórios africanos, o que mais tarde viria a revelar uma "independência precipitada".

Evidentemente, as fronteiras artificiais aludidas são aquelas não naturais, que não existiram desde sempre, que foram impostas aos africanos pelos colonizadores, forjadas ou delimitadas tendo em conta os interesses imperialistas e não a realidade ou interesses dos povos autóctones, efetivamente a partir da Conferência de Berlim, que marcou o início da partilha da África. Sublinha-se, então, que a ideia de fronteiras artificiais está em perfeita harmonia com o conceito de parcelamento cínico da África apontado por Nkrumah, já que é um parcelamento sem se importar com a realidade populacional, feito com total descaso, má-fé e desrespeito com os elementos demográficos e culturais da região.

As fronteiras artificiais condicionaram projetos de algumas nações no que tange à consolidação política, econômica, cultural e até ao desenvolvimento do ponto de vista infraestrutural (FANON, 2005). Para além disso, o próprio Nkrumah afirmou que tais fronteiras são heranças coloniais, heranças que ameaçam a paz nos territórios africanos e constituem um entrave ao exercício governativo dos Estados africanos (NKRUMAH, 2018, p. 59). Essas fronteiras do contexto imperialista tiveram repercussões nos Estados recém-independentes. Herbst (2000) argumenta que tais fronteiras fragilizaram a construção do Estado na África, dificultando a consolidação da autoridade política no período pós-colonial. Uma série de problemas desencadeou-se e causou instabilidades nos países africanos por causa dessas fronteiras, que foram mantidas na totalidade.

Pode-se dizer que a imposição de fronteiras artificiais sem consideração das realidades étnicas e culturais e, mais tarde, a prevalência dessas fronteiras mesmo com o alcance da independência, criaram bases para tensões políticas duradouras nos Estados africanos. Kamabaya (2014) afirma que os conflitos étnicos se deveram, na maior parte dos casos, a essas fronteiras, uma vez que várias etnias, ao pertencerem agora a um único país, lutam por espaço, por influência e por poder.

A título de exemplo, alude-se aqui ao conflito entre os hutus e tutsis em Ruanda, que resultou num dos maiores genocídios da história africana e até mesmo universal. É só um exemplo, mas a realidade é que em vários pontos da África há conflitos de etnias do mesmo país disputando territórios ou mesmo por supremacias tribais (BERNARDINO, 2007). Candala (2013) vai mais longe ao evidenciar que essas mesmas etnias, depois da Conferência de Berlim, foram divididas e passaram a compartilhar fronteiras, por isso, ambas não se encontram apenas em Ruanda, mas também nas Repúblicas Democráticas do Congo, do Burundi e de Uganda. Essa situação, de

acordo com Bernardino (2007), influenciou grandemente o conflito entre Ruanda e Uganda. Portanto, Nkrumah questiona aqui o fato de as independências africanas terem sido alcançadas no quadro das fronteiras coloniais, artificialmente forçadas e carentes de coesão histórica, cultural e econômica. Para ele, a fragmentação do continente em variados Estados fracos, que ele não cita, talvez por uma questão ética, favoreceu a ingerência externa e inviabilizou projetos de desenvolvimento autônomo.

O NEOCOLONIALISMO COMO NOVA FORMA DE IMPERIALISMO

O neocolonialismo é o segundo ponto da crítica de Nkrumah às independências africanas. Nkrumah defendia que o colonialismo havia terminado, mas abrira espaço para uma forma de exploração não menos severa, o neocolonialismo, que sutilmente constituía um câncer às nações que acabavam de nascer. Mattos (2020) argumenta que não foi por acaso que, preocupado com a situação, Nkrumah chegou a escrever uma obra sob o título *Neocolonialismo, o Último Estágio do Imperialismo*, na qual discorre sobre este assunto que considerava altamente perigoso. Importa salientar que a descolonização dos países africanos foi, em grande escala, negociada de maneira que fossem mantidas as estruturas econômicas coloniais, preservando os Estados africanos integrados de forma subordinada ao sistema capitalista internacional (KAMABAYA, 2014). Ou seja, nos processos de independência, desde a sua planificação, proclamação e até o pós-independência, as potências externas fizeram todo o possível para introduzir o neocolonialismo.

Entretanto, Ki-Zerbo (2010), aliando-se ao ponto de vista de Nkrumah, acrescenta que a descolonização, embora formalmente concluída, não significou o fim de todas as formas de dominação, permanecendo desafios ligados ao neocolonialismo e à dependência estrutural. Esses desafios são reais na vasta esteira africana. Nas palavras do próprio Nkrumah:

> A essência do neocolonialismo é que o Estado que está submetido a ele é, na teoria, independente e possui todos os indicadores externos de soberania internacional. Mas na verdade, seu sistema econômico e, portanto, sua política interna, é dirigida de fora. O capital estrangeiro é usado para exploração ao invés do desenvolvimento das partes menos desenvolvidas do mundo. O investimento sob o neocolonialismo aumenta, ao invés de diminuir, a lacuna entre países ricos e pobres do mundo (NKRUMAH, 2018, p.17).

Torna-se evidente que o conceito de neocolonialismo possui um lugar fulcral na crítica de Nkrumah. Na verdade, o neocolonialismo difere do colonialismo clássico no sentido de este último estar fundamentado na ocupação direta, enquanto o primeiro atua por intermédio do controle econômico, da dependência financeira, da influência diplomática e, não menos importante, da

dominação cultural. Para o líder ganês, o neocolonialismo constitui a "mais perigosa forma de imperialismo" (NKRUMAH, 1965), uma vez que cria a aparência de liberdade quando na verdade predomina a subordinação. Aqui, salienta-se que o colonialismo explorava de forma aberta; a dominação era clara e aceita, sem segredos ou aparências: as terras, a força humana e os recursos naturais estavam submetidos ao poderio do colono; a economia era regida pelos colonizadores e os aspectos culturais valorizados também eram os impostos por eles. Por outro lado, no neocolonialismo, o país é teoricamente independente e isso é reconhecido internacionalmente, mas a sua economia é controlada pelo exterior, do ponto de vista financeiro depende das potências do primeiro mundo, ainda obedece aos padrões culturais destas e, de forma mais agravante, há interferência político-diplomática externa nos assuntos internos (MATTOS, 2020). Esta realidade, logo após as independências e até aos dias de hoje, assola a África, cujos países, a despeito de serem independentes, dependem sobremaneira da ajuda das potências ocidentais ou socialistas.

Nkrumah está coberto de razão, pois é nesta perspectiva que Boahen (1987) afirma que os Estados africanos independentes herdaram também estruturas econômicas frágeis. Por isso, mesmo após as independências, adotaram e continuam com políticas econômicas antigas, que não crescem, não se repercutem na qualidade de vida da maioria, distribuem mal os recursos e, de maneira geral, estão centralizadas, fazendo com que o desenvolvimento seja uma utopia. Nkrumah (2018) alegava que no momento das independências africanas o neocolonialismo não deu a cara, mas escondeu-se por trás do novo governo; por esta razão, as massas não conseguiram discriminar a sua presença. Insistia que o neocolonialismo é interesseiro e imperialista, beneficiando apenas a burguesia africana e não as massas. Acrescentou que, enquanto este durar, a África nunca sairá do subdesenvolvimento.

É nesta perspectiva que Nkrumah considerava o neocolonialismo como a nova forma de imperialismo, mas bem reconfigurada, uma vez que no fundo visava à exploração e estava mais interessado no lucro do que na preservação de relações amigáveis ou diplomáticas. Por detrás dele estava nada mais que o desejo das potências externas de tirar vantagem e de se aproveitar das riquezas existentes nos vastos e ricos territórios dos Estados africanos que ainda buscavam caminhar na nova realidade de liberdade. Em conclusão deste tópico, a crítica nkrumaiana ligada ao neocolonialismo argumentava que a política, a diplomacia e as economias africanas jaziam orientadas para o exterior logo após e a despeito da independência, preservando padrões de significativa dependência que favoreciam sobremaneira o centro capitalista em prejuízo das sociedades africanas. Mesmo após as independências formais, sob atuação política e econômica, o imperialismo mantinha o controle sobre os países africanos.

A ILUSÃO DE SOBERANIA AFRICANA

Para Nkrumah, as independências dos países africanos constituíam alvo de uma contradição fundamental: a consecução da soberania jurídica sem o controle efetivo do setor econômico e das decisões estratégicas do Estado. Na obra intitulada *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*, o líder ganês declara que um país neocolonial é, "em teoria, independente e soberano, mas na realidade o seu sistema econômico e, portanto, a sua política, são dirigidos do exterior" (NKRUMAH, 1965). Nesta linha de pensamento, Kamabaya (2014) refere que a emancipação política não tem relevância alguma se não for capaz de levar o país a obter e preservar a independência econômica. É neste contexto que se enquadra a crítica de Nkrumah atinente à soberania africana.

Concatenada ao neocolonialismo está a soberania irreal dos países africanos, que não passava de um adorno exterior (CHAVES; SANTOS, 2020). Esta soberania criticada por Kwame Nkrumah era falsa porque os Estados africanos, a despeito de serem considerados formalmente independentes, do ponto de vista econômico permaneciam dependentes, já que as suas decisões capitais continuavam expressamente influenciadas por potências externas (NKRUMAH, 1965). É o que ele mesmo denominou de ilusão de soberania dos países africanos, mesmo depois da emancipação colonial (NKRUMAH, 1963). A ideia de soberania ilusória, apesar de ser uma crítica dura, crua e nua, era real e ainda o é. A soberania de um país não é verdadeira quando quem dita as decisões são potências externas. Um país não é totalmente autônomo quando ainda depende de outros para caminhar no nível econômico. A soberania não é real quando, se uma potência deixar de apoiar algum setor ou deixar de explorar alguma matéria-prima no território, a economia colapsa. Quando o Ocidente fecha as mãos, as divisas ficam escassas e a crise se instala. Não há soberania dos países africanos quando estes ainda dependem de ajudas de organizações internacionais ocidentais, comunistas ou socialistas.

Segundo Silva e Frazão (2023), um país independente que constitui um Estado autônomo é livre para governar de acordo com as suas próprias leis, tomando as suas próprias decisões, dirigindo a si mesmo e guiando o seu respectivo destino sem ingerência externa, porque independência significa nada mais do que a condição de não depender dos outros. É isso que implica autonomia e soberania; é isso que implica verdadeira liberdade. Quando isso não existe, quando outros ainda opinam e influenciam a governação de um Estado, a independência não é efetiva. Por essa razão, a crítica independentista de Nkrumah deixava claro que, se não houver mudança, se os países africanos não se unirem e continuarem dependendo de ajudas externas, que na maior

parte das vezes não passam de exploração, nunca serão verdadeiramente soberanos, ou seja, continuarão vivendo a ilusão de soberania, uma "soberania ilusória ou utópica".

AS ELITES NACIONAIS, CONTINUIDADE DA DOMINAÇÃO DAS MASSAS E ESTADO PÓS-COLONIAL

Outro elemento extremamente crucial na crítica de Nkrumah concerne ao papel das elites africanas pós-coloniais. Ele considera que, na maioria dos países recém-independentes, as novas elites restringiram-se a ocupar o lugar que outrora pertencia aos colonizadores, sem, no entanto, transformar as estruturas econômicas e sociais herdadas. Assim, ao invés de promoverem mudanças, essas elites tornaram-se simplesmente mediadoras entre o capital estrangeiro e as respectivas economias nacionais, reproduzindo as relações de dependência (NKRUMAH, 2018). Fica claro que, na visão de Nkrumah, as elites não estavam desempenhando o papel que deveriam; somente ocuparam e deram sequência à lógica administrativa dos colonizadores, quando deveriam mudar as estruturas econômico-sociais e transformá-las em função da realidade local, para que beneficiassem os africanos. As elites nacionais estavam meramente reproduzindo a dependência externa que já existia, não havendo muita diferença em relação ao contexto colonial.

No contexto das independências africanas, as elites constituíam um entrave à paz, ao desenvolvimento e à autonomia, uma vez que não mantinham uma identidade própria e não se entregaram por completo a uma unidade nacional (SILVA; FRAZÃO, 2023, p. 11). As elites não mantinham uma identidade própria no sentido de imitarem as elites coloniais, isto é, na sua maneira de governar. Por outro lado, ainda buscavam seus próprios interesses políticos, em detrimento de colocar em primeiro lugar a unidade nacional. Kwame Nkrumah acrescentou que o que se registrava nos países recém-independentes não passava de um elitismo no qual uma minoria detém o poder e controla a maioria, que é submetida e explorada pela primeira; assim, a ideologia elitista encaixa-se perfeitamente na doutrina capitalista, na qual há dominação das massas (NKRUMAH, 2018). É neste sentido que os papéis desempenhados pelas elites desembocavam na continuidade da dominação das massas mesmo no Estado pós-colonial (CHAVES; SANTOS, 2020, p. 9) e, portanto, essa dominação que vinha desde a era colonial só mudou de agentes e de forma, mas continuava a vigorar.

Fanon (2005) delata o caráter convencional da burguesia africana e defende que essa elite não tem um projeto autônomo em nível econômico e termina gerindo o Estado em favor dos proveitos externos, atraiçoando os anseios populares que suportaram a luta de libertação. Assim, à semelhança de Nkrumah, Fanon encara nessa dinâmica um dos entraves fundamentais à real

emancipação africana. Em síntese, as elites nacionais do pós-independência não diferiam muito das pré-independentistas, pois dominavam e exploravam as massas, administrando em benefício próprio (minoria) e dando continuidade à dominação imperialista das massas do regime explorador. Daí que, mesmo no Estado pós-colonial, as independências não haviam ocasionado uma libertação que se repercutisse na melhoria do estilo de vida das populações.

A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS AFRICANOS ATRAVÉS DA UNIÃO CONTINENTAL

No seu livro *Africa Must Unite*, Nkrumah advoga que apenas a unidade continental possibilitaria à África controlar os seus próprios recursos, desenhar e executar o seu próprio desenvolvimento e, finalmente, afirmar-se no sistema internacional (NKRUMAH, 1963). Inequivocamente e repetidas vezes, Nkrumah dizia que só existia um segredo, um caminho, uma solução para a resolução dos problemas que ele critica e não só: a unidade africana. Para o grande líder e estadista africano Kwame Nkrumah, a independência isolada estava condenada ao fracasso, pois a solução era uma África unida, ou, como escreve Thomson (2010), somente uma união continental poderia resolver os problemas do continente. Por isso, segundo Kamabaya (2014), insistentemente Nkrumah referia que os líderes, após as independências de seus países, não deveriam se preocupar apenas com a soberania dos seus Estados; isso é importante, porém, o mais importante seria aliar-se ao grandioso e promissor projeto dos "Estados Unidos da África".

O projeto é bom, ambicioso e promissor, pena que não chegou nem a ser experimentado. Todavia, entre tantas, algumas das indagações que não se calam são as seguintes: quem deveria liderar o projeto? Será que acabaria com os conflitos étnicos, já que o mosaico étnico africano é vastamente extenso? A problemática das elites estaria solucionada ou ainda poderia haver exploração dos mais fracos dentro da própria África? Não haveria imposições culturais, mesmo que sutis, dentro do próprio continente, já que a cultura africana não é uniforme — aliás, já que não existe uma cultura africana em geral? Nkrumah defendia também que os problemas africanos, e em particular os problemas legados pela independência, podiam ser solucionados, pois a mudança e a libertação de que os países africanos necessitavam, e pelas quais obrigatoriamente deveriam passar se quisessem de fato ser independentes, não se restringiam à unidade africana ou mesmo pan-africana, mas passavam também pelo socialismo africano, com base nos pressupostos históricos do continente (CHAVES; SANTOS, 2020, p. 9).

Essa ideia é boa, mas a história tem mostrado a ineficiência do socialismo, que é bonito no papel e na teoria parece funcionar, mas na prática é opressor, é explorador e beneficia mais os

da elite em detrimento das camadas mais baixas. Por isso, julgo que o socialismo africano não seria a solução; talvez se devesse repensar um sistema que, a despeito da propriedade privada, fosse bem fiscalizado e educasse as pessoas a amar mais os outros, a sua terra, o seu próximo e a lutar em prol do desenvolvimento.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA EM ANGOLA

No território de Angola, a presença portuguesa começou no século XV e, com o estabelecimento da capitania de Luanda em 1575, oficializa-se a colônia de Angola para melhor se expandir (KAMABAYA, 2014); contudo, "a verdadeira colonização de Angola começou após a Conferência de Berlim, quando iniciam as guerras de ocupação ou campanhas de pacificação, como designaram os portugueses" (HOSSI, 2020, p. 19). Do ponto de vista político, Portugal usou na colônia de Angola a administração direta, na qual os colonos controlavam todos os assuntos da colônia, assimilando os indígenas e reduzindo-os à exploração desenfreada, quer da sua força de trabalho, quer do seu território e riquezas. Em poucas ocasiões utilizou a administração indireta, especialmente no sul de Angola (KAMABAYA, 2014). Segundo Padrão (1998), do ponto de vista administrativo, Angola era uma província ultramarina portuguesa; por isso, as decisões de governança vinham de Lisboa.

No nível econômico, predominava um sistema mercantil e, depois do tráfico de escravos, havia o comércio do marfim, a exploração de diamantes, petróleo e outros minérios, bem como o cultivo e a exportação de diversos produtos agrícolas. Havia indústrias multifacetadas, caminhos de ferro, portos e solos férteis; enfim, uma colônia rica que chegou a ser denominada "joia portuguesa" (HOSSI, 2020). Já do ponto de vista sociocultural, a população era heterogênea, dividida entre assimilados e indígenas. A população local era obrigada a aprender a língua e a educação portuguesas, bem como a professar o catolicismo (WHEELER; PÉLISSIER, 2011). Depois da Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo ganhou força na África e começaram a surgir os movimentos de libertação; mais tarde, as independências do Gana (1957) e da Guiné-Conacri (1958) abriram caminho para a emancipação do continente. No caso de Angola, os movimentos de libertação nacional começaram a surgir na década de 1950 e, em 1961, teve início a luta de libertação propriamente dita. Ocorreram manifestações culturais e literárias e, finalmente, a força armada e as estratégias de guerrilha ganharam espaço (VIFUANDA, 2020).

Assim, os principais movimentos que lutaram pela independência de Angola foram a FNLA, [6] o MPLA[7] e a UNITA, [8] que organizavam as massas e as ações contra o governo colonial português. Pressionado pelo ambiente independentista que predominava na África, pelo postulado da ONU que salvaguardava a autonomia dos povos, pela Revolução dos Cravos ocorrida em Portugal em 1974 e pelas ações protagonizadas pelos movimentos angolanos de libertação nacional, que tinham o apoio dos EUA, da URSS, da África do Sul, da RDC e de Cuba no quadro da Guerra Fria (KAMABAYA, 2014) —, o governo português viu-se obrigado a ceder e, após negociações, a independência de Angola tornou-se uma realidade.

Todavia, essa independência foi antecedida pelos Acordos de Mombaça, em 3 de janeiro de 1975, assinados entre os três representantes do povo angolano a fim de encontrar um consenso entre os irmãos antes dos acordos com os portugueses, isto é, os Acordos de Alvor de 15 de janeiro de 1975, que regulavam uma transição pacífica do poder português para os movimentos angolanos de libertação. Infelizmente, a má-fé e a ambição por parte dos líderes nacionalistas, bem como o fraco envolvimento português no processo de transição, deram lugar a desentendimentos e consequentes conflitos, que fizeram com que Antônio Agostinho Neto proclamasse a independência de Angola em 11 de novembro de 1975, em Luanda, Holden Roberto o fizesse no Uíge e Jonas Savimbi, no Huambo (WHEELER; PÉLISSIER, 2011). Ou seja, a independência angolana ocorreu em um clima de profunda dissensão.

Assim, após a proclamação, por conta do desentendimento entre as partes angolanas, eclodiu um conflito civil armado que se estendeu de 1975 a 2002, findando com a morte do líder pioneiro da UNITA, Jonas Savimbi. As causas desse conflito resumem-se na intolerância político-ideológica, na ambição pelo poder e na submissão às necessidades da ingerência externa (VIFUANDA, 2020), que geraram uma guerra que devastou o país e ceifou a vida de milhares de angolanos.

A INDEPENDÊNCIA ANGOLANA À LUZ DA CRÍTICA DE NKRUMAH

A crítica formulada por Kwame Nkrumah constitui um importante referencial teórico para interpretar os desafios enfrentados por Angola no período subsequente à independência em 1975. Embora o fim do domínio colonial português tenha simbolizado uma conquista política e histórica de grande magnitude, o processo de construção do Estado angolano desenvolveu-se em

[6] Frente Nacional de Libertação de Angola, oriunda das raízes da UPA e UPNA, fundada oficialmente em 1962, liderada por Holden Roberto.
[7] Movimento Popular de Libertação de Angola, fundado em 1956, liderado naquela época por Antônio Agostinho Neto.

um cenário permeado por tensões internas, ingerências externas e fragilidades estruturais herdadas do sistema colonial. Tal realidade confirma, em larga medida, a advertência nkrumahiana segundo a qual a independência formal não equivale, necessariamente, à libertação política, econômica e social plena dos povos africanos. Neste sentido, a análise da experiência angolana permite estabelecer uma aproximação crítica com as ideias defendidas por Nkrumah, evidenciando a persistência de desafios que ultrapassam o simples ato de transferência de poder político.

Em primeiro lugar, Nkrumah criticava o fato de as independências africanas terem preservado as fronteiras coloniais arbitrariamente traçadas pelas potências europeias, o que, segundo Thomson (2010), contribuiu para a manutenção de conflitos territoriais e divisões étnicas. No contexto angolano, essa crítica revela-se particularmente pertinente, uma vez que, conforme destacam Wheeler e Pélissier (2011), após a proclamação da independência, Angola manteve os limites territoriais estabelecidos durante o período colonial português. A permanência dessas fronteiras não apenas consolidou disputas territoriais, como no caso do enclave de Cabinda, mas também fragmentou comunidades étnicas historicamente interligadas. Grupos como os bakongo, os tchokwe e os ovangangela passaram a estar distribuídos entre Angola e países vizinhos, como a República Democrática do Congo, o Congo-Brazzaville e a Zâmbia, gerando tensões sociais e culturais que dificultaram a consolidação da unidade nacional. Ademais, tais divisões contribuíram para o surgimento de discursos regionalistas e étnicos que, ao longo do tempo, alimentaram rivalidades e disputas políticas internas.

Outro exemplo que reforça a validade da crítica nkrumahiana refere-se à divisão do reino dos kuanhamas, no sul de Angola. Conforme Padrão (1998), a delimitação fronteiriça imposta entre Angola e o então Sudoeste Africano (atual Namíbia) fragmentou essa comunidade, distribuindo parte da população entre os municípios angolanos de Ombadja, Cuanhama e Namacunde e outra parte em cidades do norte da Namíbia, como Oshikango, Oshakati e Rundu. Essa fragmentação comprometeu a coesão cultural e política do grupo, além de gerar dificuldades na preservação das suas estruturas sociais tradicionais, ilustrando como as fronteiras coloniais tiveram efeitos duradouros na organização sociopolítica das sociedades africanas.

Em segundo lugar, Nkrumah denunciava o neocolonialismo como uma forma renovada de dominação imperialista, caracterizada pela dependência econômica e pela influência externa nas decisões internas dos Estados africanos (NKRUMAH, 1965). No caso angolano, essa perspectiva torna-se evidente ao observar-se a forte dependência da economia nacional em relação à exportação de petróleo e, em menor escala, de diamantes. Após a independência, Angola estabeleceu alianças estratégicas com diferentes potências estrangeiras, inicialmente com a União Sovi-

[8] União Nacional para a Independência Total de Angola, fundada em 1966, liderada por Jonas Malheiro Savimbi.

ética e Cuba — e não com os Estados Unidos, que apoiavam os movimentos rivais —, no contexto da Guerra Fria, e, posteriormente, com atores internacionais como a China, os próprios Estados Unidos e a União Europeia. Segundo Vifuanda (2020), essas parcerias, embora tenham contribuído para a reconstrução nacional, também limitaram a autonomia econômica e reforçaram a dependência externa, sobretudo na exploração dos recursos naturais.

Complementando essa análise, Thomson (2010) argumenta que, para Nkrumah, as economias africanas permaneceram orientadas para o exterior, reproduzindo estruturas econômicas herdadas do colonialismo e perpetuando o subdesenvolvimento. Wheeler e Pélissier (2011) acrescentam que a prolongada guerra civil angolana comprometeu seriamente o processo de construção de um Estado nacional sólido, desviando recursos financeiros e humanos para o esforço militar e aumentando a dependência de apoio externo. Mesmo após o término do conflito armado, Angola manteve uma economia pouco diversificada, dependente do setor extrativo e vulnerável às flutuações do mercado internacional, o que evidencia a persistência de características neocoloniais na sua estrutura econômica.

Em terceiro lugar, Nkrumah criticava a chamada ilusão de soberania africana, defendendo que muitos Estados independentes continuavam sujeitos à influência política e ideológica das grandes potências internacionais (NKRUMAH, 1965). No caso angolano, essa realidade manifestou-se de forma evidente durante a Guerra Fria, período em que o país se tornou palco de disputas geopolíticas entre blocos ideológicos opostos. Conforme Vifuanda (2020), o Estado angolano viu-se obrigado a alinhar-se, em determinados momentos, com o bloco socialista e, posteriormente, a adotar políticas mais próximas das economias de mercado ocidentais. Tal dinâmica limitou a autonomia decisória do país e condicionou o seu modelo de desenvolvimento político e econômico, evidenciando que a soberania formal nem sempre corresponde à independência efetiva.

Em quarto lugar, Nkrumah denunciava o papel das elites africanas na perpetuação das desigualdades sociais e na reprodução de estruturas de dominação herdadas do colonialismo (NKRUMAH, 2018). Em Angola, observa-se a consolidação de uma elite político-econômica fortemente ligada ao aparelho estatal e aos setores petrolífero e diamantífero. Segundo Kamabaya (2014), essa elite beneficiou-se significativamente da exploração dos recursos naturais, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais e para a concentração de riqueza em segmentos restritos da população. Apesar dos avanços registrados em alguns indicadores econômicos, grande parte da população angolana continua a enfrentar dificuldades relacionadas com o acesso a serviços básicos, educação e oportunidades de emprego, o que demonstra a persistência de assimetrias sociais estruturais.

Por fim, Nkrumah criticava a continuidade do modelo de Estado colonial após as independências africanas, argumentando que muitos países herdaram estruturas administrativas centralizadas e autoritárias (NKRUMAH, 2018). No contexto angolano, Wheeler e Pélissier (2011) observam que o Estado pós-independência manteve características marcadamente centralizadoras, com reduzida descentralização administrativa e limitada participação política durante longos períodos. Essa centralização dificultou a implementação de políticas públicas adaptadas às especificidades regionais e contribuiu para a reprodução de práticas governativas autoritárias. Consequentemente, a construção de uma governança participativa e inclusiva tem sido um desafio constante, reforçando a pertinência das reflexões nkrumahianas sobre a necessidade de transformação estrutural dos Estados africanos. Deste modo, a análise da realidade angolana demonstra que as críticas formuladas por Nkrumah permanecem atuais e relevantes para compreender os obstáculos enfrentados pelos Estados africanos no período pós-independência. O caso de Angola evidencia que a libertação política, embora fundamental, não foi suficiente para eliminar as heranças coloniais e as dinâmicas de dependência externa, tornando indispensável a adoção de estratégias que promovam a autonomia econômica, a coesão social e o fortalecimento institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste ensaio evidencia que a crítica de Kwame Nkrumah ao processo de independência africano permanece não apenas pertinente, mas também profundamente elucidativa para a compreensão das fragilidades estruturais que marcam os Estados africanos pós-coloniais. Ao questionar a manutenção das fronteiras coloniais, a persistência do neocolonialismo, a ilusão de soberania, o papel ambíguo das elites nacionais e a fragmentação política do continente, Nkrumah, agindo com precisão analítica, antecipou dilemas que continuam a condicionar os projetos de desenvolvimento e de autonomia africanos.

No caso específico de Angola, observa-se que a independência, embora tenha representado uma conquista histórica incontornável, ocorreu em um contexto marcado por ingerências externas, conflitos internos e reprodução de estruturas herdadas do colonialismo, confirmando vários dos alertas formulados por Nkrumah. A dependência econômica, a centralização do poder, a desigualdade social persistente e a fragilidade da soberania efetiva demonstram que a emancipação política não se traduziu automaticamente em libertação econômica e social. Deste modo, a crítica nkrumahiana revela-se um instrumento analítico fundamental para repensar os caminhos da África contemporânea e, em particular, de Angola, ao sublinhar que a verdadeira independên-

cia exige transformações estruturais profundas, autonomia econômica, governança inclusiva e projetos nacionais orientados para o bem-estar das massas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDINO, Luís Manuel. **A prevenção e resolução de conflitos em África: o papel da CPLP no âmbito das organizações regionais africanas**. Lisboa, 2007.

BOAHEN, Albert Adu. **African perspectives on colonialism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

BRANCO, Luís de Camões. **O mito das fronteiras em África**. Lisboa, 2013. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1023/1/LPIS_n8_4.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.

CANDALA, Fernando Oliveira. **Fronteiras humanas em África**. Lisboa: Carvalho Editora, 2013.

CHAVES, Luís Carlos Nogueira; SANTOS, Ricardo Esteves. Nacionalismo e emancipação da África: uma leitura a partir de Kwame Nkrumah. **Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, São Luís, n. 5, p. 118-134, jan./jun. 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Lisboa: Ulisseia, 2005. (Obra original publicada em 1961).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HERBST, Jeffrey. **States and power in Africa: comparative lessons in authority and control**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

HOSSI, Marcelino Chinhama. **O povoamento branco com degredados: um entrave no desenvolvimento da colónia de Angola (séc. XV-XX)**. 2020. Monografia (Licenciatura) - ISCED-Huíla, Lubango, 2020.

KAMABAYA, Manuel Gaspar. **O renascimento da personalidade africana**. 1. ed. Luanda: Mayamba Editora, 2014.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**. v. 2. Lisboa: Publicações Europa-América, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017

MATTOS, Pablo de Oliveira. O herói silencioso e o Osagyefo: George Padmore, Kwame Nkrumah e a Revolução da Costa do Ouro. **Revista Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano XIX, v. 19, n. 1, p. 208-235, 2020.

NKRUMAH, Kwame. **Africa must unite**. New York: International Publishers, 1963.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-colonialism: the last stage of imperialism**. Londres: Thomas Nelson & Sons, 1965.

NKRUMAH, Kwame. **Luta de classes em África**. 2. ed. Lisboa: Edições Nova Cultura, 2018.

PADRÃO, Fernando Castelo. **A colonização no sul de Angola (1485-1974)**. Mira Sintra: Gráfica Europam, 1998.

RODNEY, Walter. **How Europe underdeveloped Africa**. Washington, D.C.: Howard University Press, 1974.

SILVA, Simão Carlos da Conceição Santos; FRAZÃO, Edson Ismael da Silva Frazão. **O nacionalismo na luta pelas independências das colónias em África (Angola)**. *Revista Angolana de Ciências*, v. 5, n. 2, e050215, 2023.

THOMSON, Alex. **An introduction to African politics**. London: Routledge, 2010.

VIFUANDA, Armando Chipaco. **As bases político-ideológicas do surgimento do multipartidarismo em Angola (1961-1992)**. 2020. Monografia (Licenciatura) - ISCED-Huíla, Lubango, 2020.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Luanda: Tinta da China, 2011.

Recebido em: 17/11/2025

Aprovado em: 19/03/2026